



Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta

Rodrigo Patto Sá Motta é doutor em História pela Universidade de São Paulo. Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor-pesquisador visitante na Universidade de Maryland, e atuou como Professor visitante na Universidad de Santiago de Chile, na Universidad Nacional de Colombia e no IHEAL da Universidade de Paris III (Cátedra Simón Bolívar).. Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do CNPq. Atua principalmente no campo da História Política. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) e co-presidente da Seção História Recente e Memória da Latin American Studies Association.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Camila Neves Figueiredo** e **Luiz Felipe Anchieta Guerra**, mestrandos na linha de História e Culturas Políticas do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Temporalidades, gestão 2018/2019.

[Revista Temporalidades]: Vivemos um momento político permeado por grandes incertezas, no qual a produção científica, e em especial o próprio fazer historiográfico, encontra-se desvalorizada e questionada. “Deixe os historiadores para lá”, disse um presidenciável em cadeia nacional. Por outro lado, as narrativas históricas vêm sendo, como sempre, muito evocadas e apropriadas nos mais diversos contextos e discursos. Tendo em vista esse cenário, qual seria, na sua opinião, o papel, do historiador, e da história, diante disso? E qual seria a relevância de se estudar a política, e seus constructos, do passado, frente às demandas e questionamentos do presente?

[Rodrigo Patto]: A fala do candidato revela, na verdade, certo incômodo com o trabalho de historiadores que demonstram as falácias de certos discursos políticos atuais. O candidato sugere ao público que não preste atenção aos historiadores porque nossa fala é incômoda. Essa manifestação me faz recordar um editorial recente de jornal da grande imprensa, igualmente contendo críticas ácidas aos historiadores que apontamos no impeachment de 2016 um golpe parlamentar.

Penso que a crítica do candidato aos historiadores indica que estamos no caminho certo e devemos perseverar nele. Até porque no Brasil grassa uma grande ignorância sobre a história do país e do mundo, inclusive entre pessoas letradas. Não se trata de ser ingênuo sobre a capacidade do conhecimento de tornar as pessoas mais democráticas ou mais civilizadas. Certos valores e convicções são arraigados e não será o conhecimento histórico capaz de muda-los. Mas há



mesmo falta de conhecimento sobre questões básicas, tanto por má fé (para manipular) como por ignorância. É o caso do tema do anticomunismo, que discutirei melhor adiante. Muitas pessoas consomem esse discurso de maneira superficial, a partir de noções vagas sobre socialismo. É perfeitamente legítimo que uma parte da sociedade não goste de comunistas e de propostas de esquerda, mas seria melhor para todos se conhecessem seus adversários, para não combaterem alvos errados, ou fantasmas. Haja vista a recente polêmica acerca das versões de que o nazismo seria de esquerda, envolvendo inclusive a Embaixada alemã, com constrangedoras demonstrações de ignorância e superficialidade.

Mas, para responder melhor a sua pergunta vou utilizar trechos de uma conferência feita ano passado em um evento sobre história política, na UFPB, que será publicada brevemente. Penso que a pergunta sobre qual seria o papel da história - especialmente da história política - e dos historiadores no contexto atual deve enfatizar dois pontos. Em primeiro lugar o nosso papel é produzir pesquisas e reflexões que possam contribuir para o conhecimento dos processos sociais e políticos recentes. O segundo aspecto a destacar é a contribuição social da historiografia às discussões públicas e ao debate político, o que implica a questão do engajamento e dos seus limites.

Considerando o primeiro ponto, assim como outros pesquisadores das ciências sociais (os historiadores(as) podem contribuir para o conhecimento do período recente. Temos uma peculiaridade positiva, pois temos a nosso favor uma bagagem mais ampla de conhecimento sobre os contextos econômicos e políticos anteriores, o que permite uma análise em perspectiva temporal, uma mirada de maior abrangência, com capacidade, por exemplo, de perscrutar conexões estruturais. Parece claro que certas questões estruturais – por vezes impasses – voltaram a revelar força marcante, aguçando as disputas políticas. Conflitos que impactaram crises políticas anteriores voltaram a ter vigência, como a polarização entre interesses nacionais versus projetos liberais, ou o embate opondo grupos que demandam reformas sociais contra defensores de perspectivas conservadoras. Além disso, vemos mais uma vez o tema da corrupção alimentando protestos radicais das classes médias e superiores, bem como o medo da mudança social (e cultural) despertando a fúria antiesquerdista/anticomunista de parcelas expressivas da sociedade. Esses embates foram particularmente agudos na crise que abriu caminho ao golpe de 1964 o que sugere, obviamente, a necessidade de comparações e analogias, embora evitando anacronismos e conclusões apressadas.

Quanto ao segundo aspecto, vale dizer que o conhecimento histórico, especialmente no campo político, sempre serviu para a constituição de identidades e para a orientação das pessoas diante



do mundo social. A ação e as escolhas políticas passam muito pela visão que se tem sobre a história. Acho que por isso a história é tão necessária como antes, talvez mais agora. O conhecimento histórico pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, ao oferecer-lhes oportunidade de analisar o seu lugar na experiência temporal e conjecturar sobre os caminhos de ação, especialmente nos contextos mais críticos. A história ainda é indispensável para compreender o mundo e para fundamentar decisões e escolhas, na medida em que coloca a experiência humana no tempo em perspectiva analítica.

Em tempos de instabilidade e de polarização política é difícil manter o equilíbrio. Somos tentados a deixar a paixão superar a razão e com isso assumimos mais riscos profissionais. Diante do que está em jogo, eu tenho me arriscado cada vez mais, embora sempre tentando manter o equilíbrio na análise e não perder de vista o compromisso ético com a busca da verdade. Mas, esse compromisso também implica a ação política em favor da democracia.

[RT]: Visando as muitas narrativas históricas distintas, e, conseqüentemente, os mitos e imaginários políticos inerentes a elas. Qual seria a principal diferença entre o que chamamos de história e aquilo que chamamos de mito? Essa distinção sempre é possível/clara? Quais os cuidados que nós, historiadores, devemos tomar quanto a isso?

[RP]: A pergunta é interessante e por isso mesmo demanda resposta complexa, o que não poderia oferecer no momento. O que segue é um comentário ligeiro apenas, que exigiria maior aprofundamento.

Os mitos integram os imaginários dos povos desde as origens, pode-se dizer. Eles são uma forma de compreender e explicar o mundo, geralmente por meio de narrativas sagradas. O caráter sagrado aí não necessariamente implica a religião, embora existam mitos religiosos potentes, mas principalmente o sentido de que tais narrativas não podem ser criticadas. Para os crentes, os mitos devem ser aceitos e respeitados, simplesmente, pois estariam além da possibilidade de crítica. No campo político existem inúmeros mitos e sistemas mitológicos, instituídos à base de narrativas que explicam origens, constroem modelos a serem seguidos, justificam o status quo ou indicam os inimigos e os perigos a serem eliminados.

Propor uma oposição pura e imediata entre o mito como fábula e a história como verdade é demasiado simples, pois as mitologias possuem também conteúdos verdadeiros, especialmente os mitos contemporâneos, que demandam algum grau de veracidade para se tornarem efetivos. No entanto, creio que segue valendo uma distinção que vem do período clássico, quando a filosofia



de base racionalista estimulou a busca da verdade para além das aparências e das tradições sagradas, o que levou ao surgimento da história como forma de conhecimento voltado para as ações humanas. O historiador deve questionar os mitos com base na pesquisa de evidências documentais (de variado tipo, é claro) e também no raciocínio lógico. Em outras palavras, o historiador tem o papel de criticar as crenças estabelecidas, inclusive as mitológicas, desconfiando do caráter sagrado a elas atribuído. E tem um compromisso ético e científico (metódico) com a busca da verdade, um objetivo sempre difícil de alcançar, mas que se fosse abandonado provocaria a perda de sentido do trabalho do historiador. Nesses tempos de fakenews e de tantos discursos mentirosos no campo político, o empenho em buscar a verdade – e, portanto, apontar a falsidade – tornou-se ainda mais importante

Os cuidados que devemos ter, assim, passam pelos procedimentos críticos e a dúvida constante, inclusive, e sobretudo, em relação ao nosso próprio trabalho. Mas não creio que o historiador deva ser uma espécie de iconoclasta permanente, sempre pronto a destruir as convicções alheias. Penso que temos também o papel de construir conhecimentos (firmados em evidências e procedimentos científicos) sobre a história que contribuam para a constituição dos grupos sociais e de identidades políticas, sem o que seria difícil estabelecer uma convivência democrática.

[RT]: Neste ano de 2018, em agosto, realizou-se na UFMG o III Colóquio Internacional Pensar as direitas na América Latina no século XX, conte-nos um pouco sobre a importância desse evento e da sua experiência na organização e realização do Colóquio nesse ano.

[RP]: O evento é uma iniciativa dos colegas Ernesto Bohoslavsky e Stephane Boisard, que realizaram as duas primeiras edições em Paris e Buenos Aires, e nos convidaram a fazer a terceira edição na UFMG. Eu aceitei o convite com entusiasmo, porque precisamos muito discutir o tema das direitas no contexto brasileiro. Claro que a importância das direitas políticas na nossa história é anterior e transcende a conjuntura, mas a guinada direitista que temos vivido no Brasil nos últimos anos, especialmente desde 2014, é um convite urgente à reflexão. Portanto, fazer esse Colóquio na UFMG foi uma maneira de chamar atenção para a necessidade de pesquisar mais o campo da direita no Brasil, com abordagens tanto de historiadores como de cientistas sociais. Assim, um dos objetivos era gerar estímulos para que novos pesquisadores se dediquem a essa temática. Outro objetivo fundamental foi reunir e trazer a Belo Horizonte pesquisadores



estrangeiros que se dedicam ao mesmo tema em outros países da América Latina, seja com olhares voltados para objetos singulares seja fazendo estudos comparativos ou conectados.

Os debates que resultaram do Colóquio foram muito estimulantes e ajudaram a consolidar o campo de pesquisas e também a alargar os horizontes. Muitos desdobramentos vão surgir na sequência desse Colóquio dedicado às direitas, sendo o mais imediato deles a produção de um livro reunindo a maioria das conferências apresentadas. O propósito dessa iniciativa acadêmica não é provocar intervenções imediatas no campo político, mas, principalmente, produzir conhecimento que ajude as pessoas a entender os processos em curso no país e na região, e quem sabe oferecer instrumentos para a eleição de caminhos e opções diante dos desafios políticos.

[RT]: Na conferência, Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil, você fala da importância de se pensar a construção do antipetismo, do anticomunismo e na apropriação desses discursos pelas direitas brasileiras. Esses movimentos se apoiam em mitos e imaginários políticos para a sua sustentação social? Como você diria que esses elementos se relacionam?

[RP]: O objetivo do trabalho é contribuir para o estudo do antipetismo, que se tornou fenômeno marcante no atual cenário, inclusive com implicações decisivas na campanha eleitoral de 2018, ao ponto de candidatos da direita disputarem sofregamente o voto antipetista. O ponto central da conferência é mostrar como o anticomunismo tem sido reconstruído/reapropriado no período recente, em meio à onda direitista, e em que medida ele dialoga com e inspira as representações antipetistas. Para muitas figuras da direita atual não existe diferença apreciável, eles vêem o petismo como a última encarnação do perigo comunista, por isso a utilização da expressão comunopetismo. A recusa integral e militante ao petismo em muito se assemelha à tradição anticomunista, da qual líderes da direita atual se apropriaram para atacar os governos liderados pelo PT. Nesse sentido, os mitos e o imaginário anticomunista têm sido reciclados para dar corpo a algumas representações antipetistas, de maneira a mobilizar sentimentos de repulsa ao PT, a seus líderes e seus candidatos.

Haveria vários pontos a explorar nessa linha de análise, mas vou destacar apenas alguns aspectos. Um deles é o tema do comunismo como fenômeno essencialmente maléfico, que necessariamente provoca a violência em larga escala. Os propagandistas de direita divulgam estatísticas infladas das mortes provocadas pelos regimes comunistas (URSS, China, Cuba), apontando números que oscilam entre 100 e 200 milhões de assassinatos no século XX. E em



seguida utilizam o artifício retórico de apresentar o PT como herdeiro de tais regimes, sugerindo que os petistas no poder significariam o mesmo perigo de provocar morte e violência. Na mesma linha de conexão com o comunismo, ou com suas representações, o petismo é apresentado como projeto intrinsecamente autoritário, de modo que o seu governo estaria fadado a destruir a democracia. Neste ponto podemos retomar a distinção entre mito e história discutida a pouco. De fato houve violência e autoritarismo nos regimes comunistas, mas o tema é tratado de maneira simplificada e caricata, sem considerar os contextos e as disputas políticas travadas contra os adversários, nem as estratégias de poder que foram construídas, como se os comunistas fossem criaturas intrinsecamente más e sedentas de sangue. Além disso, tal associação dos petistas com o comunismo desconsidera as críticas agudas desse partido ao legado soviético e, pior ainda, não leva em conta as práticas reais do PT no poder durante seus quase quatorze anos de governo. Se a esquerda tivesse construído uma ditadura no Brasil estaria no poder até hoje, obviamente, e não teria deixado segmentos do próprio aparato estatal como a polícia e o judiciário desestabilizarem o seu governo. Mas, como temos visto, muitas pessoas no Brasil não se preocupam em refletir criticamente sobre os discursos que denunciam uma “ameaça comunista” rediviva, aceitando sem mais esta versão reciclada do velho perigo vermelho. O impacto político dessa operação salta aos olhos, cabendo a nós analisar e apontar o fenômeno.